

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FRANCISCO FOLTRAN

DIREITO À IDENTIDADE CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS: ANÁLISE DE
CASOS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

CURITIBA

2018

FRANCISCO FOLTRAN

DIREITO À IDENTIDADE CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS: ANÁLISE DE
CASOS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Artigo apresentado ao curso de Graduação em
Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade
Federal do Paraná, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Melina Girardi Fachin

CURITIBA

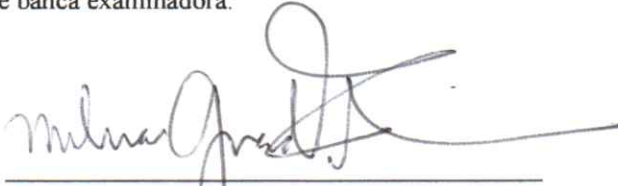
2018

TERMO DE APROVAÇÃO

FRANCISCO FOLTRAN

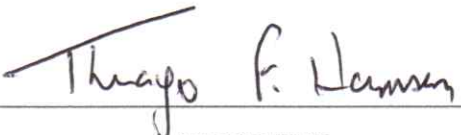
Direito à identidade cultural dos povos indígenas: Análise de casos da Corte Interamericana de Direitos Humanos

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:




MELINA GIRARDI FACHIN
Orientador

Coorientador



THIAGO HANSEN
Primeiro Membro



LEANDRO FRANKLIN GORSDOFF - Núcleo de Prática Jurídica
Segundo Membro

RESUMO

Reconhecendo que o direito à identidade cultural é um possível vetor de concretização integral dos direitos humanos dos povos indígenas, este artigo propõe-se a analisar a jurisprudência sobre o tema proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão responsável pela salvaguarda da Convenção Americana de Direitos Humanos, com o objetivo de determinar o significado daquele direito, suas formas de aplicação, limitações e resultados das abordagens escolhidas. Ao tomar a relação entre identidade cultural e defesa de territórios tradicionais de povos indígenas como chave para compreender o fenômeno estudado, utiliza-se da literatura especializada para guiar uma sistematização dos casos analisados, entender as formas de operação do direito à identidade cultural e suas consequências. Enfim, de posse do referencial anterior, parte-se à antropologia cultural contemporânea como maneira de ressignificar o direito à identidade cultural, localizando no pensamento ameríndio elementos discursivos essenciais para um aprofundamento na relação entre território e identidade cultural, possibilitando a criação de espaços mais sólidos de proteção dos direitos humanos dos povos indígenas.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Corte Interamericana; identidade cultural; povos indígenas; antropologia cultural;

ABSTRACT

Recognizing the right to cultural identity as a possible vector of integral human rights realization for indigenous peoples in the Americas, this paper sets out to analyze this jurisprudence about the subject as delivered by the Inter-American Court of Human Rights, the institution in charge of upholding the American Covenant on Human Rights, aiming to determine the meaning of that right, its means of enforcement, limitations and results from the approach chosen by the Court. As the relation between cultural identity and the protection of indigenous traditional territory is taken as key, the specialized literature about the subject is employed as a guide towards a systematization of the analyzed cases, understanding the operational forms of the right to cultural identity and its consequences. At last, in possession of the collected references, the paper attempts to use the contemporary cultural anthropology as means to resignify the right to cultural identity, finding in the indigenous american thought essential discursive elements for probing the relation between territory and cultural identity, enabling the creation of more solid spaces for protection of indigenous peoples' human rights.

Keywords: Human Rights; Inter-American Court; cultural identity; indigenous peoples; cultural anthropology.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS SOBRE O DIREITO À IDENTIDADE CULTURAL.....	7
3 OS SIGNIFICADOS E DESAFIOS DA RELAÇÃO ENTRE TERRITÓRIO E DIREITO À IDENTIDADE CULTURAL	21
4 A ANTROPOLOGIA CULTURAL E O DIREITO À IDENTIDADE CULTURAL: RESSIGNIFICAÇÃO DO CONTEÚDO	29
5 CONCLUSÃO.....	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34

1 INTRODUÇÃO

“Somos todos descendentes diretos de Colombo, é nele que começa nossa genealogia – se é que a palavra começo tem um sentido”¹.

Esta frase, situada nas primeiras páginas de *A Conquista da América*, de Tzvetan Todorov, pode ser carregada como uma insígnia da espoliação e destruição dos povos ameríndios iniciada em 1492. A conquista do continente americano pelo europeu foi marcada não só pelo genocídio, destruição dos corpos e lares dos aqui habitavam e resistem em habitar, mas pela contínua e por vezes implacável invisibilização e eliminação da identidade cultural – composta pelos afetos, crenças, modos comer, vestir, criar, amar, odiar, perceber o mundo e pelo mundo ser percebido – dos povos indígenas, pelas colônias e seus sucessores Estados Nacionais.

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos², formado pelas convenções e protocolos que formam a Carta Americana de Direitos Humanos, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos³ é onde a promessa emancipadora dos direitos humanos consegue o asilo, se não mais poderoso, certamente mais coerente, criando um possível local de resistência dos povos indígenas contra as seculares violações de dignidade e situações de vulnerabilidade cuja genealogia se inicia em Colombo.

A expressão jurisdicional do Sistema Interamericano, a Corte IDH, foi capaz de desenvolver jurisprudência específica para proteção de povos e populações indígenas e tribais, cujos temas privilegiados de discurso são a questão territorial e a defesa do direito à da identidade cultural. Partindo destas premissas, este trabalho busca compreender de quais maneiras se operou tal desenvolvimento, quais sua limitações e potenciais, e como se relacionam estes dois temas.

A metodologia utilizada envolveu a seleção das sentenças de mérito da Corte IDH sobre povos indígenas e tribais⁴, seguida de um recorte qualitativo que escolheu

¹ TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América: a questão do outro**. 4ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p. 7.

² Doravante SIDH, ou Sistema Interamericano.

³ Doravante “Corte IDH” ou simplesmente “Corte”.

⁴ Para tanto, consultou-se o *Cuadernillo de Jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos nº 11: Pueblos Indígenas y Tribales*, publicado em 2015, que compila os casos julgados pelo órgão sobre o tema, bem como Boletins de Jurisprudência publicados posteriormente. De maneira complementar, realizaram-se buscas textuais na base de dados “Buscador Jurídico de

os casos mais representativos da evolução jurisprudencial relativa ao reconhecimento do direito à identidade cultural e sua relação com a proteção territórios indígenas. Tal seleção baseou-se na quantidade de citações existentes sobre o tema em cada julgado. O resultado foi confrontado à literatura jurídica e complementar sobre o assunto e, posteriormente, se usou de bibliografia da antropologia cultural contemporânea possibilitando um aprofundamento da compreensão da problemática identificada.

O trabalho reparte-se em três etapas. Em um primeiro momento, foram analisados os cinco casos contenciosos da Corte IDH mais expressivos que tratam da relação entre territórios indígenas e identidade cultural destes povos, apresentando uma trajetória cronológica e aditiva sobre o reconhecimento do direito à propriedade e a formação do direito à identidade cultural. Também foram visitados três dos acréscimos mais recentes da jurisprudência interamericana sobre o tema, possibilitando a formação de um juízo atual sobre o objeto de pesquisa.

Em um segundo momento, o trabalho procura compreender os sentidos e limitações das diferentes abordagens propostas pela Corte IDH para relação entre território e direito à identidade cultural indígenas, amparado na literatura especializada e espelhada na normativa internacional sobre o tema.

O capítulo final propõe uma aproximação diferente à questão, com aportes da antropologia cultural, particularmente a teoria do perspectivismo ameríndio e multinaturalismo, com o objetivo de somar uma fundamentação mais robusta à relação entre território e direito à identidade cultural na jurisprudência interamericana.

Com este aporte será possível concluir sobre a natureza e os sentidos do direito à identidade cultural como entendido pela Corte IDH, e, compreendendo suas limitações, propor novas maneiras de apreender o fenômeno, trazendo o prisma do pensamento indígena americano como peça central.

2 EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS SOBRE O DIREITO À IDENTIDADE CULTURAL

Derechos Humanos”, mantido pela *Suprema Corte de Justicia de la Nación* dos Estados Unidos Mexicanos, pelos termos “*pueblos indígenas*”, “*identidad cultural*”, “*cultura*” e seus variantes.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos, instância competente para julgar violações de direitos humanos de 21 Estados da região⁵, surgiu como órgão interpretativo final da Convenção Americana de Direitos Humanos⁶ e seus protocolos adicionais, bem como outras convenções criadas no âmbito da OEA que assim dispõem. Além da competência contenciosa, que permite a judicialização de casos pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos ou Estados Membros, a Corte IDH possui competência consultiva para responder questões abstratas sobre a interpretação de dispositivos da Convenção e outros tratados.

Confrontada com o sensível déficit de proteção a grupos vulneráveis no continente americano, a Corte IDH desenvolveu, entre outras clivagens, jurisprudência específica no trato de violações dos direitos de povos indígenas, participando do movimento emergente de reconhecimento do valor cultural de seus direitos territoriais⁷.

O espaço da temática indígena na Corte IDH encontrou-se pela primeira vez no julgamento do Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni vs. Nicarágua, em 2001, e consolidou-se em mais de uma dezena de outros casos, terminando aglutinada em uma categoria – tomada como indistinta para o órgão – de povos indígenas e tribais. Algumas das características marcantes desta jurisprudência, aparte da onipresente interpretação evolutiva da Convenção Americana de Direitos Humanos, são a concepção coletiva dos direitos convencionais e, relevante para este estudo, o reconhecimento do direito à identidade cultural. A habitualidade deste último – que não está positivado na Convenção Americana – nas sentenças da Corte IDH sobre direitos dos povos indígenas é resultado de um esforço que se iniciou em votos apartados de juízes, mas que ainda não se consolidou completamente, mas segue um caminho tortuoso, com graus variáveis de aprofundamento e diferentes identificações com os direitos convencionais.

Para compreender o fenômeno do reconhecimento do direito à identidade cultural de povos indígenas pela Corte IDH foram selecionados casos que

⁵ São 25 os Estados que ratificaram a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, enquanto apenas 21 reconhecem atualmente a competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos. O Brasil fê-lo em 07/09/1992 e 03/12/1998, respectivamente.

⁶ Doravante CADH, ou simplesmente Convenção Americana.

⁷ GILBERT, Jérémie. Custodians of the land: Indigenous peoples, human rights and cultural integrity. In: LANGFIELD, Michele; LOGAN, William; NIC CRAITH, Máiréad (eds.). **Cultural Diversity, Heritage and Human Rights: Intersections in theory and practice**. Oxford: Routledge, 2010, p. 32.

representam a trajetória deste direito, desde as abordagens prévias sobre território – vetor da discussão no órgão – até o atual estado da jurisprudência⁸⁹. A análise trará a base fática sobre a qual as violações à Convenção Americana ocorreram, destaques do tratamento normativo dado ao caso e as circunstâncias que ensejaram a manifestação sobre a identidade cultural.

Julgado em 31 de agosto de 2001, o Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni vs. Nicarágua possui a semente que germinará, em ocasiões futuras, no reconhecimento do direito à identidade cultural de povos indígenas pela Corte IDH, na medida que relaciona o território¹⁰ da comunidade Awas Tingni à conservação e reprodução de sua cultura. Os fatos trazidos à apreciação da Corte gravitam em torno da disputa entre a comunidade e uma empresa de extração de madeira que fora autorizada pelo governo nicaraguense a explorar o território pertencente ao grupo¹¹. Em razão da disputa, iniciou-se um procedimento para demarcação e titulação das

⁸ Não foram incluídos nesta análise, apesar de fazerem parte da jurisprudência interamericana sobre povos indígenas e tribais os casos *Moiwana vs. Suriname*, *Saramaka vs. Suriname* e *Kaliña e Lokono vs. Suriname*, focados nas comunidades *Maroons* deste país, que sendo tribais e mantendo características sociais, culturais e econômicas distintas do resto da sociedade – inclusive em seu relacionamento com o território – não são indígenas, mas descendentes de escravos que escaparam durante o período colonial no Suriname. O tema da proteção de identidade cultural aparece nestes casos, relacionado, como nos casos indígenas, à desterritorialização. Todavia manutenção destes casos na análise prejudicaria a abordagem posterior, na qual questões específicas às existências culturais indígenas no continente seriam abordadas com o objetivo de aprofundar a compreensão do significado do direito à sua identidade cultural. Tal abordagem não comportaria a complexidade cultural dos modos de vida e cosmovisões de povos tradicionais afro-americanos, que possuem etnografias com pressupostos próprios, marcados em grande parte pelo fenômeno da diáspora africana.

⁹ Excluíram-se da análise, igualmente, os casos *Bámaca Velásquez vs. Guatemala*, que, entre outros temas, trata dos nefastos efeitos que a ausência de um funeral tradicional acarreta para membros da cultura maya; e *Yatama vs. Nicarágua*, cuja questão principal, da representação política de povos indígenas, tem repercussões inegáveis para uma noção integral do direito à identidade cultural.

¹⁰ Os termos terra e território serão usados aqui indistintamente para indicar espaços geográficos ocupados ou pertencentes a povos indígenas, onde suas vidas culturais se desenvolvem e reproduzem, a despeito do léxico jurídico corrente que reserva a última expressão para contextos que envolvem soberania e Estados nacionais e da preferência da Corte Interamericana pelo primeiro termo. Reconhece-se, contudo, que “a diferença entre ‘terra’ e ‘território’ remete a distintas perspectivas e atores envolvidos no processo de reconhecimento e demarcação de uma Terra Indígena. A noção de ‘Terra Indígena’ diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, enquanto a de ‘território’ remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial”. GALLOIS, Dominique Tilkin. *Terras Ocupadas? Territórios? Territorialidades?* In: RICARDO, Fany (Org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza. O desafio das sobreposições territoriais**. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2004. Para uma discussão qualificada sobre o tema, remete-se a SEEGER, Anthony; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Terras e territórios indígenas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

¹¹ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni vs. Nicarágua**. Sentença de 31 de agosto de 2001. Série C, nº 79, par. 104 e seguintes.

suas terras, sem sucesso, entre outras razões, pela falta de normativa adequada à proteção de territórios indígenas¹².

Baseados na teoria da interpretação evolutiva da CADH¹³, que não limita sua aplicação ao que prescrevem os direitos internos de cada Estado, a Corte IDH entendeu que a defesa do direito à propriedade privada (art. 21) incorporaria necessariamente, neste caso, uma visão coletiva baseada no relacionamento entre a terra e manutenção das formas de sobrevivência e reprodução cultural, econômica e religiosa¹⁴ daquele povo, sendo esta a grande inovação trazida no caso. As reparações, da mesma maneira, impõem que o processo de demarcação e titulação das terras da comunidade Awas Tingni deveria prosseguir com respeito a suas tradições e normas costumeiras¹⁵, padrão seguido fielmente no futuro em casos envolvendo povos indígenas e tribais.

O voto arrazoado dos juízes Antônio Augusto Cançado Trindade, Máximo Pacheco Gómez e Alirio Abreu Burelli aprofundou na concepção de ligação entre terra e cultura, entendendo que aquela é elemento fundamental sobre o qual esta se desenvolve, reproduz e renova. Ainda, em uma “dimensão intertemporal”, o território serviria “no sólo para preservar el legado de las generaciones pasadas, sino también para asumir y desempeñar las responsabilidades que ellos asumen respecto de las generaciones por venir”¹⁶.

¹² CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni vs. Nicarágua**. Sentença de 31 de agosto de 2001. Série C, nº 79, par. 137 e 138.

¹³ Ou seja, a constatação de que a Convenção Americana é um instrumento vivo, e aberto às mudanças sociais, incorporando princípios relevantes do regime internacional de direitos humanos: “Este Tribunal ha señalado en otras oportunidades que los tratados de derechos humanos son instrumentos vivos, cuya interpretación tiene que acompañar la evolución de los tiempos y las condiciones de vida actuales. Tal interpretación evolutiva es consecuente con las reglas generales de interpretación establecidas en el artículo 29 de la Convención Americana así como en la Convención de Viena sobre el Derecho de los Tratados. Además, el párrafo tercero del artículo 31 de la Convención de Viena autoriza la utilización para la interpretación de medios tales como los acuerdos o la práctica o reglas relevantes del derecho internacional que los Estados hayan manifestado sobre la materia del tratado, los cuales son algunos de los métodos que se relacionan con una visión evolutiva de la interpretación del tratado.” CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Parecer Consultivo OC-22/16. Titularidad de Derechos de las Personas Jurídicas en el Sistema Interamericano de Derechos Humanos, solicitado por la República de Panamá**. 26 de fevereiro de 2016. Série A, nº 22, par. 49.

¹⁴ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni vs. Nicarágua**. Sentença de 31 de agosto de 2001. Série C, nº 79, par. 149.

¹⁵ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni vs. Nicarágua**. Sentença de 31 de agosto de 2001. Série C, nº 79, par. 164.

¹⁶ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni vs. Nicarágua**. Sentença de 31 de agosto de 2001. Série C, nº 79. Voto dos Juízes A. A. Cançado Trindade, M. Pacheco Gómez e A. Abreu Burelli, par. 9.

Um segundo desenvolvimento partiu do Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai, julgado em 17 de junho de 2005. A comunidade é composta por índios sedentarizados do grupo Lengua Enxet Sur, ocupantes ancestrais da região do Chaco no Paraguai¹⁷. Consequência de um processo de expansão e ocupação territorial pelo Estado após a Guerra do Paraguai, foram gradualmente espoliados de seus espaços tradicionais e, na segunda metade do século XX, acabaram reassentados por missionários anglicanos em duas *Estancias*. As condições precárias nestas fazendas – de saúde, moradia, educação e trabalho - compeliram-nos a reivindicar partes de seu território tradicional¹⁸ enquanto assentaram-se em suas cercanias e próximos a uma rodovia. Os trâmites administrativos, judiciais e demandas ao Congresso Nacional foram todos infrutíferos, levando à adjudicação na Corte IDH.

Respeitando a senda do Caso da Comunidade (Mayagna) Sumo Awas Tingni, a Corte IDH decidiu pela abordagem que tomou em consideração a especificidade do grupo tratado, reconhecendo que os arts. 24 (Igualdade perante a Lei) e 1.1 (Obrigação de respeitar direitos) da CADH deveriam ser interpretados de acordo com as características próprias que conformam a identidade cultural dos povos indígenas e os diferenciam do resto da população¹⁹, de maneira a determinar o alcance e conteúdo dos direitos contidos na Convenção. A partir desta posição, a Corte tratou a questão territorial moldando a interpretação do art. 21 (Direito à propriedade privada) para refletir a propriedade comunal, ou coletiva das terras, seguindo, portanto, a linha iniciada no caso anterior. O ponto central na consideração da Corte aqui pode ser depreendido do seguinte:

A cultura dos membros das comunidades indígenas corresponde a uma forma de vida particular de ser, de ver e de atuar no mundo, constituído a partir de sua estreita relação com seus territórios tradicionais e os recursos que ali se encontram, não apenas por serem estes seu principal meio de subsistência, mas também porque constituem um elemento integrante de sua cosmovisão, religiosidade e, deste modo, de sua identidade cultural²⁰.

¹⁷ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai**. Sentença de 17 de junho de 2005. Série C, nº 125, par. 50.2.

¹⁸ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai**. Sentença de 17 de junho de 2005. Série C, nº 125, par. 50.23 e seguintes.

¹⁹ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai**. Sentença de 17 de junho de 2005. Série C, nº 125, par. 51.

²⁰ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai**. Sentença de 17 de junho de 2005. Série C, nº 125, par. 135.

A Corte IDH utilizou-se de outros instrumentos que compõem o sistema internacional dos direitos humanos para determinar o alcance e sentido das formulações da própria CADH²¹. No caso específico, a Convenção nº 169 da OIT²² indicou

a importância especial que, para as culturas e valores espirituais dos povos interessados, possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação²³.

Ainda, é neste caso que a menção a um direito à identidade cultural de povos indígenas – e não apenas identidade cultural como elemento relacionado à propriedade de terras – ocorre em corpo de sentença pela primeira vez²⁴. A Corte IDH compreendeu que o direito à identidade cultural é um aspecto integrante do direito à vida (art. 4º da CADH) de povos indígenas, relacionando-o com o acesso à água e alimento em suas propriedades tradicionais²⁵. De outro ângulo, se considerou a preservação de identidades culturais como um dos objetivos de uma sociedade democrática e pluralista²⁶.

²¹ Desde o Parecer Consultivo OC-16/99, a Corte IDH reconhece o valor de outros instrumentos do direito internacional dos direitos humanos para preencher de sentido e definir o alcance das normas contidas na Convenção Americana, em um posicionamento de acordo com o seu princípio *pro persona*. CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Parecer Consultivo OC-16/99. Direito à Informação sobre Assistência Consular no Marco das Garantias do Devido Processo Legal, solicitado pelos Estados Unidos Mexicanos**. 1º de outubro de 1999. Série A, nº 16, par.114-115.

²² Trata-se, especificamente, do artigo 13º da Convenção nº 169 da OIT: “1. Ao aplicarem as disposições desta parte da Convenção, os governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação. 2. A utilização do termo “terras” nos Artigos 15 e 16 deverá incluir o conceito de territórios, o que abrange a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de alguma outra forma.” ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 sobre os Direitos dos Povos Indígenas e Tribais**. 27 de junho de 1989. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf>. Acesso em: ago. 2018.

²³ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai**. Sentença de 17 de junho de 2005. Série C, nº 125, par. 136.

²⁴ “Ao desconhecer o direito ancestral dos membros das comunidades indígenas sobre seus territórios, poder-se-ia estar afetando outros direitos básicos, como o direito à identidade cultural e a própria sobrevivência das comunidades indígenas e de seus membros”. CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai**. Sentença de 17 de junho de 2005. Série C, nº 125, par. 147.

²⁵ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai**. Sentença de 17 de junho de 2005. Série C, nº 125, par. 167.

²⁶ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai**. Sentença de 17 de junho de 2005. Série C, nº 125, par. 148.

Em suas medidas de reparação, a Corte IDH deu também enfoque ao tratamento dispensado à saúde dos idosos, ressaltando o fato que são eles, normalmente, os responsáveis pela reprodução cultural e formação das futuras gerações através da transmissão oral de conhecimento²⁷, dando sustentação à proposta da “dimensão intertemporal” já existente no voto apartado do caso anterior.

O voto parcialmente dissidente do Juiz Alirio Abreu Burelli coloca em evidência, entre outros temas, o direito à identidade cultural ressaltando sua permanente construção e ancoragem nos direitos culturais. Sua definição de cultura baseou-se no Preâmbulo da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO²⁸, mas identifica que o direito em si emerge de uma apreciação sensível dos artigos 1.1, 5, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 21, 23 e 24 da CADH, quando levada em conta a condição de povos indígenas e tribais dos peticionários. Cada um destes artigos teria, em uma interpretação evolutiva, o condão de proteger interesses específicos destes povos, os quais por vez teriam uma carga cultural²⁹. O direito à identidade cultural então emerge, para este Juiz, paralelamente, mas indissociável, à violação daqueles artigos positivados. Seria inexistente se considerado isoladamente, dependendo do regime jurídico de direitos humanos da Convenção Americana, quando destinado a povos indígenas.

Os juízes Antônio Augusto Cançado Trindade e Manuel Ventura Gomes, em voto dissidente conjunto, ressaltaram que a identidade cultural de uma comunidade se estende como um direito de todos os indivíduos que a compõem e, com efeito, sendo ela componente do direito à vida *latu sensu*, sua violação implica violação do direito à vida de cada membro. Existiria uma forte vinculação deste direito às terras ancestrais da comunidade Yakye Axa, de maneira que o deslocamento destas terras predestina as gerações futuras a viverem na miséria, confirmando em si violação do

²⁷ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai**. Sentença de 17 de junho de 2005. Série C, nº 125, par. 175.

²⁸ O juiz referencia, na verdade, a quinta *consideranda* da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, que diz o seguinte: “Reafirmando que a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças”. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. 02 de novembro de 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: ago. 2018.

²⁹ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai**. Sentença de 17 de junho de 2005. Série C, nº 125. Voto do Juiz A. Abreu Burelli, p. 24 a 34.

direito à vida (art. 4º da CADH)³⁰. Essa posição seria reproduzida em ocasiões futuras pela Corte IDH.

Logo no ano seguinte, o julgamento do Caso Comunidade Indígena Sawhoyamaxa vs. Paraguai, em 29 de março de 2006, confirma a posição adotada no Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai. Os fatos, quase idênticos aos do precedente, demonstram a gravidade dos problemas encontrados pelos membros dos grupos linguísticos Enxet Sur e Enxet Norte: os ascendentes da Comunidade Sawhoyamaxa ocupavam o Chaco Paraguaio e utilizavam-se do território de maneira seminômade, para caça, pesca, coleta e outras atividades culturais³¹, até a ocupação crescente das terras do Chaco por sujeitos não-indígenas, após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), revertendo na sedentarização deste povo, que privado da livre locomoção em suas terras tradicionais entregou-se ao trabalho assalariado em propriedades rurais privadas³². À época do caso, os Sawhoyamaxa viviam em diversas aldeias e assentamentos precários dispersas pelo Chaco e suas reivindicações aos territórios tradicionais não encontraram chancela pelo Estado Paraguaio³³.

Ao perscrutar a alegação de violação ao direito à propriedade privada (art. 21), a Corte IDH repetiu a abordagem inaugurada no anterior e se utilizou da Convenção nº 169 da OIT, em seu art. 13, para preencher de sentido o referido direito³⁴. Uma inovação, entretanto, é que a Corte IDH se utilizou também do critério da posse das terras e da limitação temporal do direito à reocupação em seções destacadas para decidir sobre a violação do direito à propriedade privada. A posse atual ou não das terras reivindicadas não seria obstáculo para o reconhecimento de sua titularidade pelo povo indígena, a não ser que aquelas se transmitiram para terceiros de boa-fé e

³⁰ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai**. Sentença de 17 de junho de 2005. Série C, nº 125. Voto dos Juízes A. A. Cançado Trindade e M. E. Ventura Robles, par. 18.

³¹ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Comunidade Indígena Sawhoyamaxa vs. Paraguai**. Sentença de 29 de março de 2006. Série C, nº 146, par. 73.1

³² CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Comunidade Indígena Sawhoyamaxa vs. Paraguai**. Sentença de 29 de março de 2006. Série C, nº 146, par. 73.3

³³ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Comunidade Indígena Sawhoyamaxa vs. Paraguai**. Sentença de 29 de março de 2006. Série C, nº 146, par. 73.4 e seguintes.

³⁴ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Comunidade Indígena Sawhoyamaxa vs. Paraguai**. Sentença de 29 de março de 2006. Série C, nº 146, par. 117.

por maneira legítima³⁵. Os limites temporais para reivindicação de território tradicional (e eventualmente ancestral) aparecerem conjugados à manutenção das características culturais que ligam determinado povo às suas terras. No caso da Comunidade Sawhoyamaxa, as suas formas de sobrevivência material e espiritual ainda dependiam do espaço que antes ocupavam, seja pela caça, pesca, coleta de ervas medicinais, ritos, educação dos jovens, entre outros³⁶. Assim, consideraram-se os dois critérios como cumpridos.

Em relação à identidade cultural da Comunidade Sawhoyamaxa, a Corte IDH fez considerações prévias, no sentido de que as características conformadoras de tal identidade deveriam ser levadas em conta pelo Estado em sua normativa interna, e que seriam consideradas pelo próprio colegiado na determinação para determinar o alcance e conteúdo da CADH no caso³⁷. Ainda, a relação identidade-território foi cimentada nos seguintes termos:

Haciendo uso de los criterios señalados, este Tribunal ha considerado que la estrecha vinculación de los integrantes de los pueblos indígenas con sus tierras tradicionales y los recursos naturales ligados a su cultura que ahí se encuentren, así como los elementos incorporeales que se desprendan de ellos, deben ser salvaguardados por el artículo 21 de la Convención Americana. La cultura de los miembros de las comunidades indígenas corresponde a una forma de vida particular de ser, ver y actuar en el mundo, constituido a partir de su estrecha relación con sus tierras tradicionales y recursos naturales, no sólo por ser estos su principal medio de subsistencia, sino además porque constituyen un elemento integrante de su cosmovisión, religiosidad y, por ende, de su identidad cultural.³⁸

Outra posição na defesa de um direito à identidade cultural veio no voto arrazoado do Juiz Antônio Augusto Cançado Trindade. Ressalta-se novamente o reconhecimento da dimensão intertemporal do direito à propriedade, quando relativo a povos indígenas, ressaltando a importância do território para conservação do

³⁵ CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaxa vs. Paraguay**. Sentença de 29 de março de 2006. Série C, nº 146, par. 127 e seguintes.

³⁶ CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaxa vs. Paraguay**. Sentença de 29 de março de 2006. Série C, nº 146, par. 130 e seguintes.

³⁷ CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaxa vs. Paraguay**. Sentença de 29 de março de 2006. Série C, nº 146, par. 60.

³⁸ CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso Comunidad Indígena Sawhoyamaxa vs. Paraguay**. Sentença de 29 de março de 2006. Série C, nº 146, par. 118.

passado e a transmissão da cultura às gerações futuras³⁹. É reproduzida também sua opinião relacionando a identidade cultural como integrante do direito à vida (art. 4º da CADH), tomada em sentido amplo, ou seja, no direito à vida digna⁴⁰. A diferença de abordagens, portanto, localiza-se na consideração do direito à identidade cultural como emergente do e paralela ao regime dos outros direitos convencionais de membros de povos indígenas, por um lado – posição de Alirio Abreu Burelli –, e por outro, no estabelecimento de tal direito como componente do que seria o direito à vida “*latu sensu*”, desses sujeitos.

O quarto grande desenvolvimento jurisprudencial repetiu o pano de fundo da espoliação territorial ocorrida no pós-Guerra da Tríplice Aliança, no Caso Comunidade Indígena Xákmok Kásek vs. Paraguai, julgado em 24 de agosto de 2010. Os integrantes da comunidade, composta majoritariamente pela etnia Sanapaná, reivindicaram neste caso as suas terras ancestrais também localizadas no Chaco Paraguai⁴¹. Após longo processo administrativo e legislativo de reivindicação, foram assentados em terras não correspondentes aos seus pedidos, por se encontrar em local outro e ser de extensão substancialmente menor, além de serem privados de qualquer titulação adequada⁴².

Ao analisar, como tornou-se prática, o direito à propriedade privada da comunidade sobre suas terras ancestrais, a Corte IDH dedicou seção específica para o desgaste da identidade cultural da Comunidade Xákmok Kásek, em razão da ausência de território adequado para sua produção e reprodução. Faz-se menção à Observação Geral nº 21, do ECOSOC, ao propor que:

³⁹ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Comunidade Indígena Sawhoyamaxa vs. Paraguai**. Sentença de 29 de março de 2006. Série C, nº 146. Voto do Juiz A. A. Cançado Trindade, par. 3.

⁴⁰ Destaca-se o seguinte trecho do voto arrazoado: [...] destaqué la relevancia que atribuyo, en las circunstancias del caso, a la entrega definitiva de sus tierras ancestrales a los miembros de aquella Comunidad [...], inclusive para la protección y preservación de "su propia identidad cultural y, en última instancia, su derecho fundamental a la vida *latu sensu*" [...]. En la presente Sentencia en el caso de la Comunidad Sawhoyamaxa, la Corte ha correctamente subrayado las medidas positivas para proteger y preservar el derecho inderogable a la vida [...], y las reparaciones ordenadas (inclusive la devolución de las tierras ancestrales, párrs. 206-211) han tenido presente la necesidad apremiante de preservación de la identidad cultural de la Comunidad en aprecio [...]. CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Comunidade Indígena Sawhoyamaxa vs. Paraguai**. Sentença de 29 de março de 2006. Série C, nº 146. Voto do Juiz A. A. Cançado Trindade, par. 4 a 7.

⁴¹ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Comunidade Indígena Xákmok Kásek vs. Paraguai**. Sentença de 24 de agosto de 2010. Série C, nº 214, par. 56.

⁴² CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Comunidade Indígena Xákmok Kásek vs. Paraguai**. Sentença de 24 de agosto de 2010. Série C, nº 214, par. 74 e 75.

Quando se trata de povos indígenas ou tribais, a posse tradicional de suas terras e os padrões culturais que surgem dessa estreita relação formam parte de sua identidade. Tal identidade alcança um conteúdo particular em razão de sua percepção coletiva enquanto grupo, suas cosmovisões, seus imaginários coletivos e a relação com a terra onde desenvolvem sua vida⁴³.

Com efeito, rituais xamânicos, de iniciação, a reprodução da língua, os cuidados com os mortos estavam prejudicados pela ausência ou dessacralização de suas terras⁴⁴. Estas relações foram inclusive utilizadas pela Corte IDH para definir sobre a preponderância do direito às terras exploradas para proveito econômico que estavam sob titularidade de particulares⁴⁵. O uso das terras para a sobrevivência e prosperidade material aos modos tradicionais da comunidade, por meio da caça, pesca, coleta, e cultivo também foi considerado pela Corte IDH para mesmo fim⁴⁶.

O direito à vida, na perspectiva da vida digna, foi reconhecido como violado pela falta de prestações positivas do Estado Paraguaio relativamente ao acesso à água, alimentação adequada, saúde e educação, considerando as circunstâncias de extrema vulnerabilidade em que se encontravam os membros da Comunidade Xákmok Kasek – confirmando, portanto, a posição defendida por Antônio Augusto Cançado Trindade em seus votos anteriores. A Corte IDH completou essa posição ao relacionar estas condições à falta de acesso e permanência aos territórios ancestrais da comunidade⁴⁷.

A evolução jurisprudencial mais relevante (e a última que pode ser assim qualificada) veio no Caso Povo Indígena Kichwa de Sarayaku vs. Equador, julgado em 27 de junho 2012, tratando da exploração de parte do território deste povo por empresas petrolíferas, com autorização do governo equatoriano e sem consulta prévia e anuência dos membros do povo. A presença da empresa no território indígena

⁴³ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Comunidade Indígena Xákmok Kásek vs. Paraguai**. Sentença de 24 de agosto de 2010. Série C, nº 214, par. 175.

⁴⁴ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Comunidade Indígena Xákmok Kásek vs. Paraguai**. Sentença de 24 de agosto de 2010. Série C, nº 214, par. 176 e 177.

⁴⁵ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Comunidade Indígena Xákmok Kásek vs. Paraguai**. Sentença de 24 de agosto de 2010. Série C, nº 214, par. 182.

⁴⁶ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Comunidade Indígena Xákmok Kásek vs. Paraguai**. Sentença de 24 de agosto de 2010. Série C, nº 214, par. 113 e 114.

⁴⁷ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Comunidade Indígena Xákmok Kásek vs. Paraguai**. Sentença de 24 de agosto de 2010. Série C, nº 214, par. 194 a 217.

causou sentimento de insegurança, pelo uso de explosivos e sobrevoo de aeronaves, bem como limitou o acesso a determinadas áreas⁴⁸.

Nesse caso, a titularidade das terras pelo Povo Kichwa não foi ponto controverso, de maneira que análise da Corte IDH se deteve nas questões do devido respeito do direito à consulta sobre o uso do território por terceiros e do direito à identidade cultural do povo indígena. Fundamentando sua decisão sobre a consulta prévia, livre e informada, a Corte IDH entende que esta baseia-se no direito à cultura ou identidade cultural de determinado povo indígena⁴⁹. Relevando o fato da Convenção nº 169 da OIT não estar ratificada pelo Equador à época dos fatos⁵⁰, reconheceu-se a necessidade de consultas prévias, livres e informadas para explorações nos territórios indígenas: a Corte IDH fez um balanço de todos os países membros da OEA que, ou ratificaram a Convenção nº 169 da OIT, ou reconheciam em seus ordenamentos internos o direito à consulta prévia, além de outros países com populações tribais, para determinar que se tratava de uma prática não apenas convencional, mas um princípio geral do direito internacional⁵¹.

É esclarecido, então o papel do direito à identidade cultural na Corte IDH, como “ingrediente e via de interpretação transversal para conceber, respeitar e garantir o gozo e o exercício dos direitos humanos dos povos e comunidades indígenas protegidos pela Convenção e, segundo seu artigo 29.b), também pelos ordenamentos jurídicos internos”, baseado no princípio da não-discriminação (art. 1.1 da CADH)⁵². Os artigos 2.2 e 4.1 e 5 da Convenção nº 169 da OIT⁵³; a Declaração das Nações

⁴⁸ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Povo Indígena Kichwa de Sarayaku vs. Equador**. Sentença de 27 de junho de 2012. Série C, nº 245, par. 2.

⁴⁹ “A Corte observa, então, que a estreita relação das comunidades indígenas com seu território tem, em geral, um componente essencial de identificação cultural baseado em suas próprias cosmovisões, e que, como atores sociais e políticos diferenciados em sociedades multiculturais, devem ser especialmente reconhecidos e respeitados numa sociedade democrática. O reconhecimento do direito à consulta das comunidades e povos indígenas e tribais está alicerçado, entre outros, no respeito de seus direitos à cultura própria ou identidade cultural (pars. 212 a 217 infra), os quais devem ser garantidos, sobretudo numa sociedade pluralista, multicultural e democrática. CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Povo Indígena Kichwa de Sarayaku vs. Equador**. Sentença de 27 de junho de 2012. Série C, nº 245, par. 159.

⁵⁰ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Povo Indígena Kichwa de Sarayaku vs. Equador**. Sentença de 27 de junho de 2012. Série C, nº 245, par. 128

⁵¹ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Povo Indígena Kichwa de Sarayaku vs. Equador**. Sentença de 27 de junho de 2012. Série C, nº 245, par. 162 a 164.

⁵² CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS **Caso Povo Indígena Kichwa de Sarayaku vs. Equador**. Sentença de 27 de junho de 2012. Série C, nº 245, par. 214

⁵³ Artigo 2.2.b): “[os governos, com a participação dos povos, deverão desenvolver uma ação coordenada e sistemática, que inclua medidas] que promovam a plena efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos, respeitando a sua identidade social e cultural, os seus

Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, em seus artigos 8.1, 8.2, 11 e 12.1⁵⁴; instrumentos da UNESCO⁵⁵; o posicionamento da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos, na Comunicação nº 276/2003⁵⁶; e posicionamento da Corte Europeia de Direitos Humanos, nos casos Chapman vs. Reino Unido e Gorzelik e outros vs. Polônia⁵⁷ são todos usados como evidência da propagação do direito à identidade cultural dos povos indígenas no direito internacional dos direitos humanos⁵⁸.

A Corte indicou diversos danos causados à vida espiritual, material e cultural dos Kichwa de Sarayaku pelas atividades da companhia petrolífera, seja destruição de paisagens sagradas, dessacralização de locais pelo tráfego de aeronaves, que acarretou a fuga de espíritos lá residentes e os animais deles dependentes, a suspensão de rituais e festivais, destruição de recursos naturais pela utilização de

costumes e tradições, e suas instituições”. Artigo 4.1: “Deverão ser adotadas as medidas especiais que sejam necessárias para salvaguardar as pessoas, as instituições, os bens, as culturas e o meio ambiente dos povos interessados”. Artigo 5: “Ao se aplicar as disposições da presente Convenção, a) deverão ser reconhecidos e protegidos os valores e práticas sociais, culturais, religiosos e espirituais próprios dos povos mencionados; b) deverá ser respeitada a integridade dos valores, práticas e instituições desses povos”.

⁵⁴ Conforme o texto da Declaração: Artigo 8.1: “Os povos e pessoas indígenas têm direito a não ser submetidos a uma assimilação forçada, ou à destruição de sua cultura”. Artigo 8.2: “Os Estados estabelecerão mecanismos eficazes para a prevenção e a reparação de: a) Todo ato que tenha por objetivo ou consequência privar os povos e as pessoas indígenas de sua integridade como povos distintos, ou de seus valores culturais ou de sua identidade étnica [...]”. Artigo 11: “Os povos indígenas têm o direito de praticar e revitalizar suas tradições e costumes culturais. Isso inclui o direito de manter, proteger e desenvolver as manifestações passadas, presentes e futuras de suas culturas, tais como sítios arqueológicos e históricos, utensílios, desenhos, cerimônias, tecnologias, artes visuais e interpretativas e literaturas”. Artigo 12.1: “Os povos indígenas têm o direito de manifestar, praticar, desenvolver e ensinar suas tradições, costumes e cerimônias espirituais e religiosas; de manter e proteger seus lugares religiosos e culturais e de ter acesso a estes de forma privada [...]”.

⁵⁵ Tratam-se da Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, de 2001; UNESCO. Recomendação sobre a Participação e Contribuição Popular em Geral com Relação à Vida Cultural; Declaração do México sobre as Políticas Culturais; Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais; Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. A identidade cultural e proteção especial para povos indígenas aparece também em: Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore, de 15 de novembro de 1989, e Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 20 de outubro de 2005.

⁵⁶ Trata de uma interpretação do artigo 17 da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, que garantiria a participação de pessoas na vida cultural da sociedade e obrigaria o Estado a proteger identidades culturais tradicionais, tomando cultura como “o significado de um todo complexo que inclui uma associação física e espiritual da terra, conhecimento, crenças, artes, leis, moral e costumes, bem como outras habilidades e hábitos adquiridos pela humanidade, do indivíduo como membro da sociedade – a soma total das atividades e produtos materiais e espirituais de um determinado grupo social, que o distinguem de outros grupos semelhantes.”

⁵⁷ Casos nº 27.238/95 ECHR 2001-I, par. 93 e nº 44.158/98, par. 92, de 17 de fevereiro de 2004, respectivamente. Tratam da proteção da identidade de minorias culturais dentro daqueles países.

⁵⁸ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Povo Indígena Kichwa de Sarayaku vs. Equador**. Sentença de 27 de junho de 2012. Série C, nº 245, par. 216.

explosivos, afetando, portanto, suas cosmovisões, a reprodução e renovação de suas práticas culturais e sobrevivência material⁵⁹.

Essa foi a última ocasião aproveitada pela Corte Interamericana para adicionar conteúdo e aprofundar o debate sobre direitos culturais. Em oportunidades posteriores, que trataram, inclusive, de questões análogas – ou seja, eminentemente territoriais – a identidade cultural fez-se aparecer apenas como vulto nas sentenças. Destaque nesse grupo é o caso *Massacres do Rio Negro vs. Guatemala*, no qual, a despeito dos homicídios em massa e deslocamentos forçados de comunidades indígenas por agentes ligados ao governo guatemalteco⁶⁰, e a inutilização de seu território pela inundação causada por uma represa, não houve menção à violação do direito à identidade cultural. Isso porque o direito à propriedade privada (art. 21 da CADH) encontrava-se fora da competência da Corte Interamericana naquele momento⁶¹. Esta omissão – talvez inconspícua – pode levar a crer que a transversalidade direito à identidade cultural e sua relação com o direito à vida (art. 4º da CADH) não seriam tão relevantes quanto a ligação daquele à violação do direito à propriedade privada (art. 21 da CADH).

Algumas pistas, todavia, indicam que o direito à identidade cultural não representa mais um espaço importante de reflexão dentro da Corte Interamericana. Nos recentes casos dos Povos Indígenas Kuna de Madungandí e Emberá de Bayano e seus Membros vs. Panamá (julgado em 2014) e Povo Indígena Xucuru vs. Brasil (julgado em 2018), a figura do direito à identidade cultural aparece apenas de passagem, de maneira quase idêntica em ambos os casos, quando a relação entre territórios e os modos de vida tradicionais desses povos torna-se objeto de reflexão, ignorando a possibilidade de utilização em relação a outros direitos violados⁶².

⁵⁹ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Povo Indígena Kichwa de Sarayaku vs. Equador**. Sentença de 27 de junho de 2012. Série C, nº 245, par. 218 e 219.

⁶⁰ Neste que é um dos casos mais trágicos da jurisprudência da Corte IDH, centenas de membros de comunidades maias assentadas na bacia do Rio Negro foram mortos e número ainda maior deslocados forçadamente em diversas ofensivas do governo, durante o conflito armado interno da Guatemala (1962 – 1996), para, entre outras razões, possibilitar o aproveitamento do potencial hidrelétrico da bacia. CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso dos Massacres do Rio Negro vs. Guatemala**. Sentença de 4 de setembro de 2012. Série C, nº 250, par. 65 a 67.

⁶¹ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso dos Massacres do Rio Negro vs. Guatemala**. Sentença de 4 de setembro de 2012. Série C, nº 250, par. 295

⁶² Respectivamente: “Debido a la conexión intrínseca que los integrantes de los pueblos indígenas y tribales tienen con su territorio, la protección del derecho a la propiedad, uso y goce sobre éste es necesaria para garantizar su supervivencia. Esta conexión entre el territorio y los recursos naturales que han usado tradicionalmente los pueblos indígenas y tribales y que son necesarios para su supervivencia física y cultural, así como el desarrollo y continuidad de su cosmovisión, es preciso

3 OS SIGNIFICADOS E DESAFIOS DA RELAÇÃO ENTRE TERRITÓRIO E DIREITO À IDENTIDADE CULTURAL

A verificação anterior permite perceber, diretamente, que o conceito de identidade cultural e o direito que a ele se reporta, apesar de fluídos, são ancorados pela Corte Interamericana na ideia de território indígena por meio da relação estabelecida com a Convenção Americana de Direitos Humanos por meio do direito à vida (art. 4º) e direito à propriedade privada (art. 21). Se, por um lado, tal evolução jurisprudencial confirma que “o sistema interamericano tem se mostrado mais atento e aberto às demandas culturais e aos modelos jurídicos diversos que clamam por sua proteção”⁶³, a postura inovadora descobre novos desafios para efetivação dos direitos de povos indígenas, evidentes na procura pela melhor abordagem jurídica para o direito à identidade cultural.

O nascimento da problemática do direito à identidade cultural encontrou, na sua primeira menção explícita, no Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai, um posicionamento isolado do juiz Alírio Abreu Abreu Burelli, reconhecendo a transversalidade do direito à identidade cultural, que se manifestaria em vários artigos da Convenção Americana, quando os sujeitos que reivindicassem os conteúdos

protegerla bajo el artículo 21 de la Convención para garantizar que puedan continuar viviendo su modo de vida tradicional y que su identidad cultural, estructura social, sistema económico, costumbres, creencias y tradiciones distintivas serán respetadas, garantizadas y protegidas por los Estados”. CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso dos Povos Indígenas Kuna de Madungandí e Emberá de Bayano e seus membros vs. Panamá.** Sentença de 14 de outubro de 2014. Série C, nº 284, par. 112; e “A Corte recorda que o artigo 21 da Convenção Americana protege o estreito vínculo que os povos indígenas mantêm com suas terras bem como com seus recursos naturais e com os elementos incorporais que neles se originam. Entre os povos indígenas e tribais existe uma tradição comunitária sobre uma forma comunal da propriedade coletiva da terra, no sentido de que a posse desta não se centra em um indivíduo, mas no grupo e sua comunidade. Essas noções do domínio e da posse sobre as terras não necessariamente correspondem à concepção clássica de propriedade, mas a Corte estabeleceu que merecem igual proteção do artigo 21 da Convenção Americana. Desconhecer as versões específicas do direito ao uso e gozo dos bens, dadas pela cultura, usos, costumes e crenças de cada povo, equivaleria a afirmar que só existe uma forma de usar os bens, e deles dispor, o que, por sua vez, significaria tornar ilusória a proteção desses coletivos por meio dessa disposição. Ao se desconhecer o direito ancestral dos membros das comunidades indígenas sobre seus territórios, se poderia afetar outros direitos básicos, como o direito à identidade cultural e à própria sobrevivência das comunidades indígenas e seus membros. CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso do Povo Indígena Xucuru e seus Membros vs. Brasil.** Sentença de 5 de fevereiro de 2018. Série C, nº 346, par. 115; e Corte Interamericana de Derechos Humanos. 112;

⁶³ FACHIN, Melina Girardi. **Fundamentos dos Direitos Humanos: Teoria e Práxis na Cultura da Tolerância.** Rio de Janeiro: Renovar, 2009, p. 222.

destes artigos fosse indígenas.⁶⁴ Essa posição inicial inspirou Oswaldo Ruiz Chiriboga, escrevendo em 2006, a propor o direito à identidade cultural como o “conservar, adaptar e incluso cambiar voluntariamente la propia cultura”, quando tratando de povos indígenas – e minorias nacionais. Assim, estaria plasmada em todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos⁶⁵. Outro entendimento em mesmo sentido é de Juana María Ibáñez Rivas e Rosemerin Estupiñán Silva, pelo qual o juiz interamericano toma a identidade cultural como

principio transversal de interpretación que dota de contenidos renovados y adaptados culturalmente a cada uno de los derechos convencionales, enriqueciendo sensiblemente el contenido de los derechos aplicables a los pueblos indígenas y tribales.⁶⁶

A ideia da transversalidade como posição da Corte Interamericana em relação ao direito à identidade cultural é confirmada, como se viu, no Caso Povo Indígena Kichwa de Sarayaku vs. Equador⁶⁷. Tal posição soma-se ao entendimento sobre a relação entre o direito à vida (art. 4º da CADH), e a manutenção e proteção da identidade cultural, posição defendida, no voto apartado do juiz Antônio Augusto Cançado Trindade no mesmo caso⁶⁹. Ainda nesse sentido, como verificado nas considerações preliminares desde o Caso da Comunidade Indígena (Mayagna) Awas

⁶⁴ Sejam, os artigos 1.1, 5, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 21, 23 e 24 da CADH. CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai**. Sentença de 17 de junho de 2005. Série C, nº 125. Voto do Juiz A. Abreu Burelli, par. 24 a 34.

⁶⁵ CHIRIBOGA, Oswaldo Ruiz. El derecho a la identidad cultural de los pueblos indígenas y las minorías nacionales. Una mirada desde el Sistema Interamericano. In: **Boletín Mexicano de Derecho Comparado**, ano 40, n. 118, jan-abril 2007, p. 48 – 49.

⁶⁶ RIVAS, Juana María Ibáñez; SILVA, Rosmerlin Estupiñán. La jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos en materia de pueblos indígenas y tribales. In: **Derechos Humanos de los Grupos Vulnerables**. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2015, p. 314.

⁶⁷ CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso Povo Indígena Kichwa de Sarayaku vs. Equador**. Sentença de 27 de junho de 2012. Série C, nº 245, par. 214

⁶⁸ A abordagem transversal sobre os direitos da CADH não é exclusividade deste tema. Destacam-se as ponderações da Corte IDH sobre os direitos das crianças (art. 19 da CADH) em situação de migração e/ou em necessidade de proteção internacional, conducentes à noção de que a proteção deste grupo deve se dar em diversas frentes, como a garantia de não-discriminação, princípio do melhor interesse da criança, princípio do respeito à vida, sobrevivência e desenvolvimento, e do respeito à opinião da criança em todo procedimento que a afete. CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Parecer Consultivo OC-21/14. Direitos e Garantias das Crianças no Contexto da Migração e/ou em Necessidade de Proteção Internacional, solicitado pela República Argentina, República Federativa do Brasil, República do Paraguai e República Oriental do Uruguai**. 19 de agosto de 2014. Série A, nº 21, par. 68-69.

⁶⁹ Isto é, o Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai. CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai**. Sentença de 17 de junho de 2005. Série C, nº 125. Voto dos Juízes A. A. Cançado Trindade e M. E. Ventura Robles, par. 18.

Tingni vs. Nicarágua, a condição de indígena dos peticionários acarretava uma interpretação específica do direito à igualdade perante a lei (art. 24 da CADH) e da obrigação de respeitar direitos, art. 1.1., na qual⁷⁰:

Estados devem levar em consideração as características próprias que diferenciam os membros dos povos indígenas da população em geral e que conformam sua identidade cultural. O mesmo raciocínio deve aplicar a Corte, como, com efeito, fará no presente caso, para apreciar o alcance e o conteúdo dos artigos da Convenção Americana, cuja violação a Comissão e os representantes imputam ao Estado.

Não obstante, é na defesa do direito à propriedade privada (art. 21 da CADH) de povos indígenas que a Corte IDH concentra seus maiores esforços interpretativos e de criativos. Em uma catalogação do que pressupõe esse direito quando o objeto são terras indígenas, Mauricio Iván Del Toro Huerta, em análise da jurisprudencial ampla, destaca sete elementos⁷¹: estão inclusos no direito à propriedade privada não apenas a terra em si, mas os seus recursos naturais necessários para a subsistência; a posse tradicional das terras indígenas equivale ao título mais completo de domínio estabelecido pelo Estado; a espoliação das terras não afasta o direito à posse tradicional, salvo em caso de alienação voluntária e perfeita – que ainda salvaguarda direito de retorno; o direito a reaver terras perdidas estende-se indefinidamente no tempo, enquanto existir uma “relación especial característica de la comunidad con sus tierras”, evidenciada pela manutenção de determinadas práticas culturais⁷²; a obrigação do Estado estabelecer os “procedimientos de reconocimiento, demarcación, reivindicación e restitución” de terras indígenas antes perdidas, com a eficácia necessária; direito das comunidades serem consultadas – nos termos da Convenção nº 169 da OIT – sobre planos para uso de seu território; que consentimento “livre,

⁷⁰ CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai**. Sentença de 17 de junho de 2005. Série C, nº 125, par. 51.

⁷¹ HUERTA, Mauricio Iván del Toro. Los aportes de la jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos en la configuración del derecho de propiedad colectiva de los miembros de comunidades y pueblos indígenas. In: **Yale Law School SELA – Seminario em Latinoamérica de Teoría Constitucional y Política**, Paper 58, 2008, p. 24.

⁷² Complementando esse posicionamento da Corte IDH, é proveitoso ressaltar, conforme o entendimento de Silvina Ramírez, que o “elemento subjetivo es la vinculación especial, el nexo que mantienen los pueblos indígenas con su territorio. Este componente, que también presenta aspectos de espiritualidad, es central para delimitar espacialmente el territorio reivindicado”. RAMÍREZ, Silvina. Pueblos indígenas, identidad y territorio: sin territorio no hay identidad como Pueblo. In: **Revista Jurídica de la Universidad de Palermo**, ano 15, n. 1, maio 2017, p. 13.

informado e prévio” para estes planos seja alcançado, seguindo os costumes e tradições de determinada população⁷³.

A despeito da invocação da relação transversal do direito à identidade cultural com diversos direitos da Convenção Americana⁷⁴ ou na sua vinculação com o direito à vida (art. 4º da CADH), existe uma associação contínua entre a presença da questão territorial – cuja definição não se limita a ocupação espacial, mas é marcada também pelo “investimento social e simbólico de um povo sobre o espaço que ocupa”⁷⁵ – nos casos analisados pela Corte IDH, com a invocação do direito à propriedade privada, como apontado na seção anterior. Esta ligação, enquanto não ideal⁷⁶, confirma a importante lição de Silvina Ramírez:

La identidad [...] juega un papel destacable. Porque la construcción de Estados interculturales – Estados basados en un principio de igualdad que se predica no sólo entre individuos sino también entre pueblos - debe contemplar las condiciones que hacen posible su subsistencia. Precisamente, susubsistencia está asociada a la protección de su identidad, y ésta se encuentra conectada con los territorios. En otras palabras, la identidad indígena es una noción que se deriva del vínculo establecido con su entorno.⁷⁷

A aparente inconstância da Corte no tratamento do direito à identidade cultural pode ser colocada como sintoma, por um lado, da ausência completa desse direito na Convenção Americana, e, por outro, da relativa timidez desta norma em outros instrumentos do direito internacional dos direitos humanos, cuja tendência está em um sentido universalizador, que por vezes encontra dificuldades no efetivação de direitos baseados exatamente no reconhecimento do (radicalmente) diferente. Não estranha o efeito percebido desta indefinição: um desenvolvimento ainda incompleto do direito à identidade cultural pela Corte Interamericana, que resulta, até o momento, na sua

⁷³ HUERTA, Mauricio Iván del Toro. Los aportes de la jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos en la configuración del derecho de propiedad colectiva de los miembros de comunidades y pueblos indígenas. In: **Yale Law School SELA – Seminario em Latinoamérica de Teoría Constitucional y Política**, Paper 58, 2008, p. 25.

⁷⁴ Novamente remete-se à sentença do Caso Povo Indígena Kichwa de Sarayaku vs. Equador e no posicionamento do Juiz Alirio Abreu Burelli no Caso Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai.

⁷⁵ SANTILLI, Paulo José Brando Usos da Terra, Fusos da Lei: O Caso Macuxi. In: LIMA, Roberto Kant de & NOVAES, Regina Reyes (Org.). **Antropologia e Direitos Humanos**. Niterói/Rio de Janeiro: EdUFF, 2001, p. 98.

⁷⁶ Defende-se aqui a transversalidade plena do direito à identidade cultural, com sua associação sempre presente a todas as violações de direitos de povos indígenas é posição que permite uma defesa completa e adequada contra as suas vulnerabilidades seculares, mantendo consciente o papel fundamental do território nessa dinâmica.

⁷⁷ RAMÍREZ, Silvina. Pueblos indígenas, identidad y territorio: sin territorio no hay identidad como Pueblo. In: **Revista Jurídica de la Universidad de Palermo**, ano 15, n. 1, maio 2017, p. 18.

subutilização, uma vez que a promessa de uso transversal, abarcando vários, senão todos os direitos convencionais, restou abandonada nos casos mais recentes⁷⁸. Não obstante, é valioso para compreender o significado do direito à identidade cultural retomar alguns exemplos promissores da normativa internacional que trata do assunto.

A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, fornece bases mais ou menos seguras para a compreensão do direito à identidade cultural graças à sua especificidade. Com efeito, o que podemos conceber como conteúdo de tal direito está plasmado pela quase total extensão do documento, destacando-se, para efeito da relação entre território e identidade cultural, os artigos 25 e 26.2⁷⁹. O artigo 33⁸⁰ ao prever a autodeterminação da identidade, pode ser tomado como a norma basilar para o direito à identidade cultural, além das previsões já utilizadas pela Corte IDH⁸¹. A Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovada em 2016, agrega a estas previsões um artigo prevendo o direito à integridade cultural, nos seguintes termos:

Artigo VII. Direito à integridade cultural

1. Os povos indígenas têm direito a sua integridade cultural e a seu patrimônio histórico e arqueológico, que são importantes tanto para sua sobrevivência como para a identidade de seus membros.
2. Os povos indígenas têm direito à restituição de propriedades integrantes desse patrimônio de que tenham sido despojados ou, quando isto não for possível, a uma indenização em termos não menos favoráveis que a praxe do Direito Internacional.
3. Os Estados reconhecem e respeitam as formas de vida dos indígenas, seus costumes, tradições, formas de organização social, instituições, práticas, crenças, valores, vestuário e idiomas.⁸²

A própria Declaração Universal sobre Diversidade Cultural da UNESCO, em sua concepção de valorização das pluralidades culturais, compreende as identidades

⁷⁸ Percebida nos casos *Massacres do Rio Negro vs. Guatemala*, *Povos Indígenas Kuna de Madungandí e Emberá de Bayano e seus Membros vs. Panamá* e *Povo Indígena Xucuru vs. Brasil*.

⁷⁹ *idem*. “Art. 26.2. Os povos indígenas têm o direito de possuir, utilizar, desenvolver e controlar as terras, territórios e recursos que possuem em razão da propriedade tradicional ou de outra forma tradicional de ocupação ou de utilização, assim como aqueles que de outra forma tenham adquirido.”

⁸⁰ *Idem*. “Art. 33. Os povos indígenas têm o direito de determinar sua própria identidade ou composição conforme seus costumes e tradições. Isso não prejudica o direito dos indígenas de obterem a cidadania dos Estados onde vivem.”

⁸¹ Ver nota de rodapé nº 54.

⁸² ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. 15 de junho de 2016. Disponível em: <https://www.oas.org/en/sare/documents/DecAmIND_POR.pdf>. Acesso em: set. 2018.

e os elementos que as compõem como indispensáveis para a efetivação dos direitos humanos, a exemplo dos seus arts. 1º⁸³ e 2º⁸⁴, enquanto a Convenção nº 169 sobre Direitos dos Povos Indígenas e Tribais relaciona diretamente a proteção da cultura à posse e gozo dos territórios tradicionais⁸⁵.

A perspectiva coletiva do direito à identidade cultural é patente tanto na jurisprudência interamericana, que se abre para estes instrumentos como via de preenchimento de sentido das disposições da CADH⁸⁶. Não obstante, existem críticas para a inclusão de proteção de identidade coletiva enquanto permanecer o modelo da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos Pactos que formam a Carta Internacional de Direitos Humanos.

Jack Donnelly afirma que o núcleo da identidade está no indivíduo em sua autonomia, reconhecendo, então, em qualquer coletividade, uma virtual ameaça aos direitos humanos individuais⁸⁷. Não lhe escapa, por outro lado, que a ameaça a determinado grupo pode ser validamente combatida pelo Estado – mas sobre a base de uma política voluntarista, não necessariamente baseada em direitos humanos⁸⁸. Com efeito, a própria defesa de direitos dos indígenas, reconhecida como uma exceção do paradigma individualista da Carta Internacional do Direitos Humanos, no concernente à coletivização, é tomada em uma aproximação analógica das vulnerabilidades de determinada comunidade indígena diante das sociedades

⁸³ “Art. 1º. A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.” ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. 02 de novembro de 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: ago. 2018.

⁸⁴ idem. “Art. 2º. Em nossas sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir uma interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais a um só tempo plurais, variadas e dinâmicas, assim como sua vontade de conviver. As políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz. Definido desta maneira, o pluralismo cultural constitui a resposta política à realidade da diversidade cultural. Inseparável de um contexto democrático, o pluralismo cultural é propício aos intercâmbios culturais e ao desenvolvimento das capacidades criadoras que alimentam a vida pública.”

⁸⁵ Ver nota de rodapé nº 22.

⁸⁶ Ver nota de rodapé nº 21.

⁸⁷ DONNELLY, Jack. **Universal Human Rights in Theory and Practice**. 3ª ed. Ithaca: Cornell University, 2013, p. 53.

⁸⁸ Ibidem, p. 54.

hegemônicas⁸⁹ com a do indivíduo – esse sim o sujeito dos direitos humanos por excelência – diante da comunidade ou Estado. Nesse caso, a coletivização dos direitos dos indígenas, defende Donnelly, seria a maneira mais adequada de defendê-los contra ameaças externas⁹⁰.

Outro modo de apreensão, aparentemente mais sintonizado aos posicionamentos da Corte IDH, é dado por Carlos Frederico Marés de Souza Filho, que reconhece o sentido eminentemente coletivo dos direitos dos indígenas, divididos entre territoriais, culturais e de auto-organização. Enquanto existe estreita vinculação entre os dois primeiros, dada no sentido de potencialidade de desenvolvimento no território dos elementos formativos da cultura, o direito à auto-organização opera-se como fiador daqueles, permitido a criação de estruturas de poder e reivindicação de direitos⁹¹⁹².

Não há, todavia, uma oposição dicotômica entre esses dois juízos. Enquanto a titularidade dos direitos acaba, por fim, sendo individual – e a própria Corte IDH assim reconhece quando coloca os membros das comunidades indígenas afetadas por suas sentenças como foco de sua reflexão – a coletivização destes torna-se a única maneira de rebater as vulnerabilidades estruturais às quais os povos indígenas latino-americanos são submetidos e de respeitar formas tradicionais de organização social.

A despeito da corrente discussão, é inegável que a chave para proteção da identidade cultural de povos indígenas localiza-se na diferenciação cultural com o resto das respectivas sociedades nacionais, que por si é um dos grandes motores de sua vulnerabilização, em concorrência à espoliação territorial por motivos econômicos. Rodolfo Stavenhagen reconhece como elemento nesta dinâmica o acesso “diferenciado e desigual” de povos indígenas à efetivação dos direitos humanos, resultado das deficiências estruturais dos mecanismos de implementação, políticas,

⁸⁹O reconhecimento de povos indígenas como grupos vulneráveis é dado pela também pela própria Corte IDH, entre outros casos, em: CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai**. Sentença de 17 de junho de 2005. Série C, nº 125, par. 63.

⁹⁰ DONNELLY, op. cit., p. 52

⁹¹SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito**. 1ª ed. (ano 1998), 6ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2009, p. 186-187.

⁹² Para um aprofundamento na discussão sobre autodeterminação dos povos indígenas e sua relação com a identidade cultural, recomenda-se: FAJARDO, Raquel Yrigoyen. De la tutela a los derechos de libre determinación del desarrollo, participación, consulta y consentimiento: fundamentos, balance y retos para su implementación. In: **Amazônica - Revista de Antropologia**.1 (2), 2009, p. 368-405.

entre outros obstáculos⁹³. Tendo isso em perspectiva, a proteção das diferenças torna-se chave, considerando que:

O que é diferente e não pode ser traduzido (cosmovisões) ainda sim precisa ser reconhecido e assegurado normativamente – os limites da tradução não coincidem com os limites da garantia de direitos, sobretudo porque se deslocam da necessidade impreterível do diálogo para identificação de campo comum de reivindicações para a validadeêmica das cosmovisões como patrimônios étnicos que expressam a diversidade principiológica do Estado.⁹⁴

Ainda, como a proteção do direito à identidade cultural é, a princípio, indissociável da manutenção e proteção de territórios tradicionais, então a potência operacional desse direito engloba uma proteção integral contra os maiores fatores de vulnerabilidade de povos indígenas das Américas (ao menos das Américas sujeitas à Corte Interamericana de Direitos Humanos), uma vez que, nas palavras de Antônio Canuto e Leandro Gorsdorf:

o conceito de território [...] amplia a relação entre sujeito e terra, calcada meramente em razão das necessidades vitais, mas resgata o elo histórico entre as subjetividades coletivas, como indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais [...] com o acesso à terra, que implica no acesso à história, à religião, às crenças e ao meio ambiente. A relação não é tão somente da terra em si mesma, mas do que ela representa para esse povo.⁹⁵

É possível, então, a utilização tanto da identidade cultural como conceito e quanto do direito à identidade cultural como mandado de proteção em casos envolvendo povos indígenas, mas mantendo a ressalva de que a “noção de diversidade nas culturas humanas não deve ser concebida de modo estático”, mas relacional⁹⁶.

⁹³ STAVENHAGEN, Rodolfo. Los derechos de los pueblos indígenas: desafíos y problemas. In: **XXVI Curso Interdisciplinario en Derechos Humanos**. San José: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 2008, p. 258-259.

⁹⁴ BELTRÃO, Jane Felipe; OLIVEIRA, Assis da Costa. "Povos Indígenas e Cidadania: inscrições constitucionais como marcadores sociais da diferença na América Latina", Revista de Antropologia (USP. Impresso), v. 53, 2010, p. 731.

⁹⁵ CANUTO, Antônio; GORSDF, Leandro Franklin. Direito Humano à Terra: Construção de um Marco de Resistência às Violações. In: RECH, Daniel (Coord.). **Direitos Humanos no Brasil 2: Diagnóstico e Perspectivas**. Coletânea CERIS, Ano 2, n. 2. Rio de Janeiro: CERIS/Mauad, 2007, p. 170.

⁹⁶ LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural Dois**. 1ª ed. São Paulo: Editora Ubu, p. 341.

4 A ANTROPOLOGIA CULTURAL E O DIREITO À IDENTIDADE CULTURAL: RESSIGNIFICAÇÃO DO CONTEÚDO

Esta dissonância entre a apropriação do conceito de transversalidade e a circunscrição da abordagem do direito à identidade cultural a artigos singulares da Convenção Americana – arts. 4º e 21º - parece contraditória. De fato, o léxico que circunda a identidade cultural está eminentemente ligado ao território, tema privilegiado dos esforços interpretativos da Corte IDH nos casos analisados. As razões para essa abordagem menos transversal do que fora anunciada e mais ligada ao direito à propriedade privada vem do reconhecimento da questão territorial como básica para a sobrevivência dos demais elementos que formam a identidade cultural de um povo. Não é por acaso: a demanda por reconhecimento do território vem das próprias comunidades e povos que acessam o Sistema Interamericano.

Estudada esta abordagem da Corte IDH e suas bases e desafios, apresenta-se oportuno um esforço de aprofundamento sobre o papel do território para o direito à identidade cultural deslocando o sujeito para o próprio indígena. Para tanto, encontra-se refúgio na antropologia cultural⁹⁷, especificamente nas noções do perspectivismo ameríndio e multinaturalismo. Estes marcos têm a vantagem de permitir uma interpretação geral e atualizada do pensamento ameríndio, baseados em numerosos estudos etnográficos, aproximando-se, também, do “ideal de uma antropologia enquanto exercício de descolonização permanente do pensamento” e propondo “um modo de criação de conceitos que não o filosófico, no sentido histórico-acadêmico do termo”⁹⁸. Este foco torna-se fundamental na medida que se procura aqui uma compreensão aprofundada dos sentidos que podem tomar a identidade cultural como direito.

⁹⁷ Roy Wagner já previu o problema de uma afirmação como essa, compreendendo que no encontro e na tentativa de apreensão da cultura indígena pelo antropólogo, ele próprio a “inventa”, em um exercício de reificação daquele que produz suas experiências e impressões. Mas adverte, por outro lado, que tais construções que faz são “pontes aproximativas para significados, são parte do nosso entendimento, não seus objetos, e nós os tratamos como ‘reais’ sob o risco de transformar a antropologia em um museu de cera de curiosidades, de fósseis reconstruídos, de grandes momentos de histórias imaginárias. WAGNER, Roy. **A Invenção da Cultura**. Tradução de: SOUZA, Marcela Coelho de; MORALES, Alexandre. São Paulo: Editora Ubu, 2017, p. 57-58.

⁹⁸ VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural**. São Paulo: Ubu Editora/n-1 Edições, 2018, p. 31.

A relação subjetivizada entre humano e seu ambiente, que permeia a teoria perspectivista, fornece lentes para compreender a relevância do território para a identidade cultural dos povos indígenas americanos. O multinaturalismo, por sua vez, revela uma inversão da compreensão do mundo material (ou mundos materiais), que denota um papel fundamental do território para as cosmovisões dos povos indígenas americanos que, se devidamente considerada, cria novas potencialidades para defesa contra violações de direitos humanos. Tenta-se uma descrição em termos certamente não exaustivos, mas suficientes para o objetivo deste trabalho.

Sobre o primeiro conceito, Eduardo Viveiros de Castro reconhece que, na América indígena, as formas de apreensão do mundo são pautadas pela subjetivação dos elementos que o povoam⁹⁹, sendo os corpos parâmetros essenciais a determinar o papel que cada sujeito ocupa no cosmos. Cada um dos grupos destes agentes percebe-se a si mesmo e os outros de sua espécie como humano, em uma concepção hierárquica baseada, primariamente, na cadeia alimentar¹⁰⁰, de maneira que, enquanto um ser humano vê-se a si próprio e seus colegas como humano – em situações normais –, vê uma capivara como capivara e vê uma onça como onça, o roedor pode enxergar o humano – seu predador – como onça, enquanto esta, ao encontrar com o humano na mata, vê uma capivara, sua presa¹⁰¹.

A referência a “situações normais”, diz respeito à relativa estabilidade da perspectiva de cada agente, mas que não exclui encontros sobrenaturais, nos quais sujeitos não-humanos se revelam como fora de suas “roupas”¹⁰² para a pessoa, rompendo o manto da especiação e causando, potencialmente, graves danos psicológicos e fisiológicos. Em um mundo saturado de sujeitos com intencionalidades humanas e sobre-humanas, elucida Viveiros de Castro, nem todas são bem-intencionadas, de maneira que apenas alguns agentes especiais, os xamãs, são

⁹⁹ Sejam eles “animais [...] deuses, espíritos, mortos, habitantes de outros níveis cósmicos, plantas, fenômenos meteorológicos, acidentes geográficos, objetos e artefatos”. CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Ubu Editora, 2017, p. 303-304.

¹⁰⁰ Eduardo Viveiros de Castro esclarece que nem todos os seres, nem todos os animais, incluem-se no perspectivismo, mas a relação gravita, geralmente, em torno dos “estatutos relativos e relacionais de predador e presa”, existindo, portanto, “objetos” privilegiados do pensamento ameríndio na forma dos agentes mais presentes no cotidiano do indígena: onças, peixes, preás. Ainda, nem todos os sujeitos são individualizados, podendo existir “espíritos-mestres invariavelmente dotados de intencionalidade análoga à humana”, para determinadas espécies, em determinadas cosmologias. Ibid., p. 306-307.

¹⁰¹ Idem, 2018, p. 61.

¹⁰² Idem, 2017, p. 305.

capazes de transitar entre perspectivas com segurança e praticar uma “diplomacia cósmica”, em um mundo natural não harmonioso¹⁰³.

Outra função essencial exercida por estes sujeitos é a de interpretação do mundo, através do processo xamânico de abdução da agência do mundo, reconhecendo as intencionalidades dos agentes que o povoam, em funcionamento inverso ao modo ocidental de objetificação e consequente destituição de intencionalidade dos alvos do conhecimento¹⁰⁴. Em conclusão, aponta Viveiros de Castro,

enquanto nossa cosmologia construcionista pode ser resumida na fórmula saussureana: o ponto de vista cria o objeto – o sujeito sendo a condição originária fixa de onde emana o ponto de vista –, o perspectivismo ameríndio procede segundo o princípio de que o ponto de vista cria o sujeito; será sujeito quem se encontrar ativado ou “agenciado” pelo ponto de vista.¹⁰⁵

A relação com o multinaturalismo ocorre na medida que cada perspectiva cria uma natureza própria¹⁰⁶, paralelo e no mesmo plano das outras potenciais naturezas, enquanto a cultura permanece estática. Não são representações, “porque representações são propriedades do espírito, mas o ponto de vista está no corpo”¹⁰⁷.

Estas ideias tem o valor essencial de acrescentar, para efeito de fortalecimento discursivo do direito à identidade cultural, a noção que a espoliação dos territórios não apenas tem o efeito de destruir objetos e privar os respectivos grupos indígenas de suas paisagens (sob uma estética e material, como poderíamos pensar em sob os auspícios da tradição ocidental), mas efetivamente destroem – pois removem – sujeitos que participam, ativamente, da construção das cosmovisões destes grupos. Nessa senda, se a potência de subjetividades está presente no território, então o seu despojamento terá o efeito destrutivo sobre a identidade cultural destes povos, retirando os entes que povoam as suas vidas materiais e espirituais. Significaria,

¹⁰³ Idem, 2017, p. 310.

¹⁰⁴ Idem, 2018, p. 51.

¹⁰⁵ Idem, 2017, p. 323.

¹⁰⁶ O caráter paradoxal desta afirmação não é ignorado pelo autor, que complementa: “[...] nosso macroconceito de ‘Natureza’ não admite um verdadeiro plural e parece sempre pedir uma inicial maiúscula; isso nos leva espontaneamente a perceber o solecismo ontológico contido na ideia de ‘(várias) naturezas’, e portanto a realizar o deslocamento corretivo que ela impõe.” E conclui da seguinte maneira: “A inversão da fórmula ocidental do multiculturalismo não incide não apenas sobre os *termos* (natureza e cultura) em sua determinação respectiva pelas *funções* de unidade e diversidade, mas igualmente sobre as posições de ‘termo’ e de ‘função’”. Idem, 2018, p. 69.

¹⁰⁷ Viveiros de Castro não localiza necessariamente na fisiologia dos corpos o “recipiente” da perspectiva, mas nos “afetos, afecções ou capacidades que singularizam cada espécie de corpo: o que ele come, como se move, como se comunica [...]”. Ibid., p. 329.

igualmente, o desmantelamento das redes que permitem os agentes indígenas de maior expressividade, os xamãs, executarem suas funções de trânsito entre perspectivas, e, assim, de interpretação do mundo à volta. Pior resultamos na consideração que o Outro, alvo da abdução de intencionalidades executada pelos xamãs, nessa percepção do mundo, é também pessoa¹⁰⁸.

Reconhecer e respeitar, portanto, esse papel do ambiente subjetivado e humanizado na cultura dos povos indígenas é um fator poderoso, que justificaria a manutenção da identidade cultural como um dos principais vetores de proteção jurídica dos povos indígenas americanos. Os próprios pressupostos de uma abordagem como esta significaria colocar o indígena em uma posição de real igualdade epistemológica com os outros agentes da sociedade e levar à sério as cosmovisões ameríndias naqueles termos, mesmo que necessariamente dentro das molduras jurídicas ocidentais representadas pelo Sistema Interamericano de Direitos Humanos, significa um tratamento finalmente compatível com os pressupostos interculturais do direito internacional dos direitos humanos.

A emprego da contribuição do perspectivismo e multinaturalismo, como vetores de uma apropriação integral do direito à identidade cultural, em seu relacionamento com territórios tradicionais, viabiliza, portanto, a busca por uma inclusão plena dos povos indígenas nas Américas, o pode ocorrer apenas em seus próprios termos.

5 CONCLUSÃO

A Corte Interamericana de Direitos Humanos desempenha uma função primordial na reivindicação de direitos dos povos indígenas, reconhecendo a juridicidade da propriedade indígena comunal, e incorporando ao direito à propriedade privada – art. 21 da CADH – diversas outras garantias provenientes do regime internacional dos direitos humanos, como direito ao retorno a territórios tradicionais, consulta prévia, livre e informada e consensualidade para afetações destes espaços. O direito à identidade cultural dos povos indígenas, por sua vez, aparece intimamente

¹⁰⁸ Idem, 2018, p. 50.

ligado àquelas posições, em razão da confirmada interdependência entre as noções de território e cultura.

Por outro lado, os anúncios de transversalidade do direito à identidade cultural, como propugnado em voto apartado no Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai e confirmado na sentença do Caso Kichwa de Sarayaku vs. Equador, parecem ter-se desfeitos. A própria ligação deste direito ao direito à vida (art. 4º da CADH) seguiu-se ignorada nos casos mais recentes da Corte IDH.

Valorando, todavia, a importância central da defesa de territórios tradicionais para a manutenção e reprodução das identidades culturais indígenas, é pertinente um esforço de aprofundamento discursivo neste sentido, reconhecendo as epistemologias ameríndias como vetor que preenche de sentido o direito à identidade cultural.

As contribuições do perspectivismo ameríndio e multinaturalismo, assim, vislumbram a inclusão de novos agentes e relações no território, ressignificando o elo jurídico entre este e a identidade cultural de povos indígenas, que passa a incluir não apenas os membros de determinado grupo, mas todas as subjetividades que povoam suas vidas.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos possui instrumentos – ainda que escassos – e a vocação para conduzir a efetivação dos direitos humanos de forma inclusiva, apreendendo as vulnerabilidades que tombam sob os povos indígenas da América e oferecendo respostas integrais. O reconhecimento do devido lugar do pensamento ameríndio, com os seus diferentes matizes, é, entretanto, forçoso para que o direito à identidade cultural seja protegido de maneira completa, causando a subversão dos processos de destruição das culturas indígenas que se operam desde o início da colonização europeia.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Comunidade Indígena Sawhoyamaya vs. Paraguai**. Sentença de 29 de março de 2006. Série C, nº 146.

_____. **Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai**. Sentença de 17 de junho de 2005. Série C, nº 125.

_____. **Caso da Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni vs. Nicarágua**. Sentença de 31 de agosto de 2001. Série C, nº 79.

_____. **Caso da Comunidade Indígena Xákmok Kásek vs. Paraguai**. Sentença de 24 de agosto de 2010. Série C, nº 214.

_____. **Caso do Povo Indígena Xucuru e seus Membros vs. Brasil**. Sentença de 5 de fevereiro de 2018. Série C, nº 346.

_____. **Caso dos Massacres do Rio Negro vs. Guatemala**. Sentença de 4 de setembro de 2012. Série C, nº 250.

_____. **Caso dos Povos Indígenas Kuna de Madungandí e Emberá de Bayano e seus Membros vs. Panamá**. Sentença de 4 de outubro de 2014. Série C, nº 284.

_____. **Caso Povo Indígena Kichwa de Sarayaku vs. Equador**. Sentença de 27 de junho de 2012. Série C, nº 245.

_____. **Parecer Consultivo OC-16/99. Direito à Informação sobre Assistência Consular no Marco das Garantias do Devido Processo Legal, solicitado pelos Estados Unidos Mexicanos**. 1º de outubro de 1999. Série A, nº 16.

_____. **Parecer Consultivo OC-21/14. Direitos e Garantias das Crianças no Contexto da Migração e/ou em Necessidade de Proteção Internacional, solicitado pela República Argentina, República Federativa do Brasil, República do Paraguai e República Oriental do Uruguai**. 19 de agosto de 2014. Série A, nº 21.

_____. **Parecer Consultivo OC-22/16. Titularidad de Derechos de las Personas Jurídicas en el Sistema Interamericano de Derechos Humanos, solicitado por la República de Panamá**. 26 de fevereiro de 2016. Série A, nº 22.

_____. KONRAD ADENAUER STIFTUNG. **Cuadernillo de Jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos nº 11: Pueblos Indígenas y Tribales**. San José, 2015. Disponível em: <
<http://www.corteidh.or.cr/sitios/libros/todos/docs/indigenas.pdf>>. Acesso em: jun. 2018.

Fontes de apoio:

BELTRÃO, Jane Felipe; OLIVEIRA, Assis da Costa. "Povos Indígenas e Cidadania: inscrições constitucionais como marcadores sociais da diferença na América Latina", **Revista de Antropologia** (USP. Impresso), v. 53, 2010, p. 716-744.

CANUTO, Antônio; GORSODORF, Leandro Franklin. Direito Humano à Terra: Construção de um Marco de Resistência às Violações. In: RECH, Daniel (Coord.). **Direitos Humanos no Brasil 2: Diagnóstico e Perspectivas**. Coletânea CERIS, Ano 2, n. 2. Rio de Janeiro: CERIS/Mauad, 2007, p. 167-193. Disponível em: < http://www.dhnet.org.br/dados/livros/dh/livro_ceris_diagnostico_perspectivas.pdf> Acesso em: set. 2018.

CHIRIBOGA, Oswaldo Ruiz. El derecho a la identidad cultural de los pueblos indígenas y las minorías nacionales. Uma mirada desde el Sistema Interamericano. In: **Boletín Mexicano de Derecho Comparado**, ano 40, n. 118, jan-abril 2007.

DONNELLY, Jack. **Universal Human Rights in Theory and Practice**. 3ª ed. Ithaca, EUA: Cornell University, 2013.

FACHIN, Melina Girardi. **Fundamentos dos Direitos Humanos: Teoria e Práxis na Cultura da Tolerância**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

FAJARDO, Raquel Yrigoyen. De la tutela a los derechos de libre determinación del desarrollo, participación, consulta y consentimiento: fundamentos, balance y retos para su implementación. In: **Amazônica - Revista de Antropologia**.1 (2), 2009, p. 368-405.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Terras Ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, Fany (Org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza. O desafio das sobreposições territoriais**. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2004.

GILBERT, Jérémie. Custodians of the land: Indigenous peoples, human rights and cultural integrity. In: LANGFIELD, Michele; LOGAN, William; NIC CRAITH, Máiréad (eds.). **Cultural Diversity, Heritage and Human Rights: Intersections in theory and practice**. Oxford: Routledge, 2010, p. 36-44.

HUERTA, Mauricio Iván del Toro. Los aportes de la jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos en la configuración del derecho de propriedade colectiva de los miembros de comunidades y pueblos indígenas. In: **Yale Law School SELA – Seminario em Latinoamérica de Teoría Constitucional y Política**, Paper 58, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural Dois**. 1ª ed. São Paulo: Editora Ubu, 2017, p. 337-376.

RAMÍREZ, Silvina. Pueblos indígenas, identidad y territorio: sin territorio no hay identidad como Pueblo. In: **Revista Jurídica de la Universidad de Palermo**, ano 15, n. 1, maio 2017, p. 11-32.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. 13 de setembro de 2007. Disponível em: <https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf>. Acesso em: set. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. 02 de novembro de 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: ago. 2018.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Americana sobre os Direitos Humanos**. 22 de novembro de 1969. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/.../c.convencao_americana.htm>. Acesso em: ago. 2018.

_____. **Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. 15 de junho de 2016. Disponível em: <https://www.oas.org/en/sare/documents/DecAmIND_POR.pdf>. Acesso em: set. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 sobre os Direitos dos Povos Indígenas e Tribais**. 27 de junho de 1989. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf>. Acesso em: ago. 2018.

RIVAS, Juana María Ibáñez; SILVA, Rosmerlin Estupiñan. La jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos en materia de pueblos indígenas y tribales. In: **Derechos Humanos de los Grupos Vulnerables**. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2015.

SANTILLI, Paulo José Brando Usos da Terra, Fusos da Lei: O Caso Macuxi. In: LIMA, Roberto Kant de & NOVAES, Regina Reyes (Org.). **Antropologia e Direitos Humanos**. Niterói/Rio de Janeiro: EdUFF, 2001, p. 81-136.

SEEGER, Anthony; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Terras e territórios indígenas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito**. 1ª ed (ano 1998), 6ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2009.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Los derechos de los pueblos indígenas: desafíos y problemas. In: **XXVI Curso Interdisciplinario en Derechos Humanos**. San José: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 2008.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América: a questão do outro**. 4ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural**. São Paulo: Ubu Editora/n-1 Edições, 2018.

WAGNER, Roy. **A Invenção da Cultura**. Tradução de: SOUZA, Marcela Coelho de; MORALES, Alexandre. São Paulo: Ubu Editora, 2017.